

# A CONTRIBUIÇÃO DA PLURIATIVIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

João Geraldo Nunes RUBELO<sup>1</sup>

---

**Resumo:** Pretende-se, neste artigo, apresentar de forma geral o processo de modernização da agricultura brasileira e o surgimento da pluriatividade na agricultura familiar, como um processo recente, que emerge no campo brasileiro, criando condições para a (re) produção econômica, social e política de um segmento social: a agricultura familiar. Neste processo de expansão das atividades não-agrícolas, o turismo rural surge como alternativa, sendo que o seu desenvolvimento, quando de forma integrada entre o poder público, privado e a participação ativa da comunidade local, pode promover o desenvolvimento local e fomentar a preservação socioambiental.

**Palavras-chave:** Modernização da agricultura; agricultura familiar; pluriatividade; desenvolvimento regional; turismo rural; preservação socioambiental.

---

## Introdução

Pretende-se, neste artigo, entender o paradoxo entre o processo de modernização da agricultura, através dos chamados complexos agroindustriais, vivenciados pela economia brasileira, a partir da década de 1970, e o crescimento da pluriatividade na agricultura familiar, no início da década de 1990, como resposta à crise do modelo produtivista dos sistemas agrários, vinculados ao modelo de produção fordista. O que se constata é que os agricultores, integrados, mais envolvidos e dependentes do mercado são justamente os mais fragilizados pelas crises de oferta e demanda, em tempos de globalização da economia.

Para tal propósito, urge a necessidade da compreensão da organização da economia brasileira, no espaço rural, a partir do Pós-Segunda Guerra Mundial, sem, no entanto, entrar em uma profunda discussão teórica. Afinal, escapa aos objetivos aqui perseguidos, não apenas

---

<sup>1</sup> Geógrafo, mestre pela Unesp – Presidente Prudente-SP, Professor e Chefe de Departamento de Turismo na Fundação Educacional Araçatuba – Araçatuba – SP e Prof. da Fundação Municipal de Educação e Cultura de Santa Fé do Sul – Santa Fé do Sul – SP.

por tratar-se de tarefa ampla e permeada por diferentes enfoques teóricos, mas também porque acredita-se que esse esforço desviaria o foco central. Esta análise refuta a teoria pela qual a modernização da agricultura imposta pelo sistema capitalista, defendida pelos ideólogos do capitalismo quanto do socialismo<sup>2</sup>, colocaria um fim nesta forma social de agricultura: a familiar, nas sociedades modernas, fruto do atraso em que historicamente abriria entre a esta forma e a modernização.

Tomamos como referência, especificamente a segunda metade da década de 1950, quando foi implantado um novo padrão de acumulação, que se materializou pelo espaço geográfico brasileiro. Para a compreensão do que foi o referido padrão, cujas bases foram assentadas no conhecido Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek, pretende-se tomar como aspecto relevante, o processo de construção do espaço geográfico pelas sociedades (elites) vigentes nos períodos analisados, pois a acumulação e o destino do capital empregado pelo governo passa, necessariamente, por algum aspecto, no bojo de seus interesses. Para Santos (1994), entender os fixos e os fluxos, são importantes para a compreensão da organização do espaço geográfico.

### **As Transformações no Espaço Agrário Brasileiro**

Neste período, inicia-se a efervescência sobre uma discussão do modelo de desenvolvimento econômico que o Brasil deveria adotar, o que acabaria desencadeando em um rico debate acerca da melhor maneira de inserção do país na economia mundial. Mas para tal, seria necessário discutir quais eram as forças internas e/ou externas que impeliam esta inserção (MANTEGA, 1990). Este é o ponto de referência primordial, para a abordagem das relações entre a economia, a política e o Estado, que irão materializar no espaço.

Nesse sentido, Oliveira (1977), argumenta que o exame dessas relações consiste no fato de ser possível centrá-lo na passagem da economia agrária para a economia industrial no Brasil, isto é, o comando da expansão do sistema capitalista que tem agora, na industrialização, o motor básico do aprofundamento de sua divisão social do trabalho.

Diante deste contexto, o Estado assume um novo papel, o de agente interventor na economia para a implementação da industrialização do país, e torná-la o motor e o centro dinâmico da economia, portanto, de sua expansão, e acabar como os setores mais tradicionais da mesma, que emperravam o desenvolvimento das forças produtivas alicerçadas na política

---

<sup>2</sup> Dentre estes teóricos encontram-se Kautsky, 1980; Lenin, 1980, 1982 e Marx, 1980.

urbano-industrial. Nesse sentido, o Estado é tido como pivô do desenvolvimento, acima dos interesses específicos das classes. Porém, há de se relevar à influência da classe que perdia espaço político e econômico, resultado da emergente elite industrial, sendo o principal agente da política econômica brasileira. (MANTEGA, 1990).

Para gerir e orientar os estímulos do modelo de desenvolvimento da economia brasileira pelo Estado, foi necessário elaborar políticas de infra-estrutura (energia, transportes, telecomunicações, etc.) e de formação da integração do mercado consumidor. Isso ocorreu devido aos interesses dos capitais externos em “aplicar” no país. O Estado também assumia os setores menos lucrativos e objetivava remanejar os recursos do país de modo a canalizá-los para o prosseguimento e ampliação da escala de acumulação industrial, através de linhas de créditos especiais, submetendo-se à condição de avalistas de empresas particulares que obtivessem empréstimos no exterior, facilitando ao máximo a entrada do capital internacional na economia brasileira, não somente através de empréstimos como também sob a forma de investimentos.

Com base nestas formulações, Santos (1982), analisa o papel que o capital internacional desempenha, ao inserir-se nas economias periféricas, reservando para si os ramos mais lucrativos e dinâmicos ao mesmo tempo em que controla e orienta o crescimento nacional. O capital brasileiro privado está confinado aos ramos ou setores que o capital estrangeiro considera indesejáveis. Para demonstrar a validade desses pressupostos, o autor salienta que o Estado desenvolveu três tarefas: facilitar a produção da empresa estrangeira através da implantação de infra-estrutura; criar e sustentar bancos especializados que garantam empréstimos externos levantados no setor capitalista, principalmente o estrangeiro; e produzir bens intermediários que os capitalistas locais ou estrangeiros estejam receosos de produzir, devido à instabilidade das condições dos países subdesenvolvidos. Enfim, o Estado torna-se o próprio escudo das indústrias multinacionais e dos monopólios.

Nessas circunstâncias, Becker (1986) salienta que a expansão geográfica do capital internacional pelo espaço brasileiro foi viabilizada pelo Estado que, socializando perda através de subsídios e investimentos diretamente nos setores onde os investimentos são maiores e os retornos mais lentos, deu continuidade ao processo de modernização.

Nesse contexto, é evidente que a expansão geográfica da economia brasileira, não se fez de forma homogênea pelo espaço geográfico, obedecendo a uma regularidade e temporalidade. Em algumas regiões, o crescimento e o desenvolvimento econômico ocorreram alicerçados na viabilização de políticas públicas pautadas na expansão da industrialização, em que uma indústria ao se instalar, torna-se a força motriz e o reflexo se

propaga, expandindo-se e beneficiando as regiões que a cercam, que são para elas polarizadas (ANDRADE, 1970).

Portanto, trouxe mudanças também na divisão social e territorial do trabalho entre as diversas regiões que compõem o país, já que as [...] *disparidades de níveis regionais de renda haviam aumentado notoriamente. À medida em que o desenvolvimento industrial se sucedia à prosperidade cafeeira, acentuava-se a tendência à concentração regional da renda.*[...], (FURTADO, 1964, p.272), sem contar que este processo promove, em nível de cada região, uma outra diferenciação pautada na divisão [...] *social do trabalho (crescimento de atividades secundárias e terciárias em relação às primárias, substituição de atividades artesanais por fabris, criação de novos tipos de serviços.* (OLIVEIRA, 1977, p. 40). O autor afirma que o Estado de São Paulo foi o [...] *epicentro das transformações estruturais da economia brasileira como um todo e, igualmente, de uma certa redivisão inter-regional do trabalho no País.* [...] (OLIVEIRA, 1977, p. 40).

Em face deste quadro, Hespanhol (1996) afirma que neste momento, ocorreu o aprofundamento das desigualdades regionais, sobressaindo àquela região melhor dotada de infra-estrutura, que passou a comandar toda a dinâmica da economia e da produção do espaço geográfico a nível nacional, havendo, simultaneamente, a ampliação das desigualdades regionais pré-existentes.

Santos (1994, p. 98) ressalta que deve se ter em mente que as regiões são na verdade uma subdivisão de um espaço, desta forma:

[...] As regiões são um espaço de conveniência, meros lugares funcionais do todo, pois além dos lugares, não há outra forma para a existência do todo social que não seja a forma regional. [...] As diferenças entre os lugares que eram antes devidas a uma relação direta entre a sociedade local e o espaço local, hoje apresentam outra configuração, já que são como resultado das relações entre um lugar dado e os fatores longínquos, [...].

O processo de industrialização, segundo Furtado (1964), vem sempre acompanhado de rápida urbanização, que só pode efetivar-se se o setor agrícola responder com uma oferta adequada de alimentos. Se a totalidade das boas terras agrícolas está concentrada em um sistema ancilosado de monocultura, a maior procura de alimentos terá de ser atendida com importações.

Para Negri (1988, p. 35),

[...] A agricultura de alimentos continuou seu processo de diversificação, respondendo à produção de alimentos para uma urbanização crescentemente acelerada [...]. O avanço da industrialização, por outro lado, pressionava a agricultura pela demanda de matérias-primas, no contexto de uma substituição de importações [...].

Para atender esta demanda crescente por alimentos, o campo brasileiro passou a interagir com a indústria, através do processo de modernização do campo. Segundo Sorj (1980,) a agricultura passou a ser organizada, articulada a partir de acoplamento imediato ao circuito de produção industrial, seja como consumidora de insumos e maquinarias, seja como produtora de matérias-primas para sua transformação.

As transformações impostas pela política urbano-industrial acentuaram no campo a mercantilização do campo rural; a sua especialização; o fortalecimento das forças conservadoras que promoveram uma modernização conservadora, pois altera as relações de produção na agricultura, mas conserva a estrutura fundiária, como também promove a marginalização da agricultura familiar, que se encontrava descapitalizada e pautada na pequena produção para atender o mercado local ou regional, salvo exceção aqueles agricultores familiares que em algumas regiões do país, como a Região Sul, aderiram a este processo em curso tornado-se pequenos produtores capitalizados, (SORJ, 1980)

O autor ressalta, surge neste momento o Complexo Agroindustrial, sendo definido como:

[...] conjunto formado pelos setores produtores de insumos e maquinarias agrícolas, de transformação industrial dos produtos agropecuários e de distribuição, e de comercialização e financiamento nas diversas fases do circuito agroindustrial.

Não obstante, Delgado (1985), ao analisar o reflexo imediato deste processo afirma que ocorreu uma transformação na base técnica da agricultura, em que esta deixou de ser regulada pelos insumos naturais, comandados pelas forças naturais. Diante deste novo cenário esta atividade passa a ser comandada pela tecnologia, materializada nos insumos, implementos agrícolas, na mudança genética das sementes mediante a introdução de

variedades de plantas, enfim, a indústria, através do capital, submete a agricultura às suas regras e dinâmicas. Tanto a montante, como a jusante do setor industrial, as transformações na base técnica se fizeram sentir.

Todo esse processo, em curso, ocorreu porque os diferentes atores, as forças conservadoras do campo brasileiro, o Estado e o capital internacional, interessados com a modernização do campo consolidaram esse projeto através de políticas econômicas, tecnológicas e uma política fundiária que barrasse os movimentos sociais no campo: como as ligas camponesas, que congregavam também em seu interior a agricultura familiar. Porém, a modernização do campo não foi homogênea em todo o território brasileiro, resultado da não consolidação desse projeto, mas as alianças se fizeram. O Estado agiu de forma diferenciada, nestes locais, com políticas específicas para cada realidade, mas em geral o fio condutor, foi a coligação com as oligarquias regionais, com o objetivo de dar sustentação política, na política local, mantendo estas forças no poder local. Delgado (1985, p. 60) relata bem esta artimanha:

[...] Ao contrário, há uma aliança de matizes claramente política, onde o elemento conservador agrário, expresso pela grande propriedade e pelo capital comercial das regiões mais atrasadas, associa-se à política financeira e fiscal do Estado, sem que necessariamente realize a reprodução do capital, passando pelo aprofundamento de relações interindustriais do CAI. Ainda é pelo monopólio das grandes propriedades territoriais nessas regiões que se dá a reprodução do capital, com todas as relações peculiares de processo de produção e processo de valorização do capital vinculadas a esse monopólio.

Schneider (2003, p. 145) afirma que:

[...] esse intenso processo de transformação estrutural promoveu [...] a “euforia” da modernização produtiva, iniciada na década de 1970, quando os governos militares empreenderam uma inédita transformação de algumas regiões agrárias brasileiras (em especial no centro-sul), retirando-as de seu atraso tecnológico e inserindo-as em circuitos propriamente capitalistas – o que permitiu não apenas a constituição de novas estruturas de produção, mas também o desenvolvimento de uma nova racionalidade agrícola.

Caberia aos outros atores sociais (categorias de agricultores) do campo brasileiro, e não pertencentes às forças conservadoras: ligas camponesas, agricultura familiar, a sua

integração ao processo de modernização da agricultura, buscando traçar novas estratégias de reprodução social, integrando os agricultores à nova dinâmica econômica, ou a sua exclusão e marginalização deste processo. Pois, nesta fase do desenvolvimento agrário brasileiro, aqueles territórios eleitos pelo capital, através da ação do Estado, com suas políticas públicas, não haveria espaço para a estagnação, que colocasse qualquer impedimento a esta modernização na base produtiva. Logo materializava novos desafios e impasses de confronto entre modernização e estagnação.

A seguir, analisaremos as tendências de estratégias que estão sendo viabilizadas por parte de um destes atores: a agricultura familiar, através da pluriatividade. Essa alternativa surge a partir da década de 1990, frente à inserção da economia brasileira no processo de abertura para a economia mundial, através da globalização. Este processo de inserção ao modelo capitalista global, acentuou em algumas atividades agrícolas, em detrimento de outras, fruto dos acordos estabelecidos em diferentes escalas ex: âmbito do Mercosul, sem, no entanto, engrossar os fluxos do movimento que no passado se denominou de êxodo rural, e continuar a viver no espaço rural, desenvolvendo atividades complementares e agregando valor econômico a outras. Há de se deixar claro que este movimento tem diminuído em intensidade e volume após o esgotamento da oferta de emprego no meio urbano, resultado da tecnificação da base produtiva industrial e principalmente com a retirada do Estado da economia, em que houve uma redução dos mecanismos financeiros que lhe deram origem.

### **A Pluriatividade e Agricultura Familiar**

A partir da década de 1990, em pleno período de expansão da globalização da economia, e da política neoliberal, em que ocorreu um aniquilamento da atuação do Estado da economia, em especial no setor agrícola, o desenvolvimento agrário no Brasil ganha outros contornos, do ponto de vista social e produtivo, surge então o “novo rural brasileiro”, em alusão à emergência expressiva das atividades rurais não-agrícolas no meio rural brasileiro (GRAZIANO da SILVA, 1996). Essa emergência das atividades não-agrícolas para Schneider (2003) está vinculada à realidade social, política e econômica do espaço e território brasileiro. Mas os grandes reflexos sociais, dessa mudança do “novo rural brasileiro”, estão atrelados à modificação demográfica no meio rural, com a diminuição constante do número das famílias dedicadas às atividades propriamente agrícolas, o que repercutiu sobre a estrutura de ocupação do mercado de trabalho rural.

O processo de modificação das relações de trabalho e dos processos produtivos intensificou a partir de meados da década de 1970. Os seus reflexos imediatos foram uma redução cada vez menor da mão-de-obra no PEA (População Economicamente Ativa) e um aumento intensivo no processo de modernização tecnológica da agricultura, mediante a crescente incorporação dos insumos modernos.

Diante do processo descrito acima, cabe entender como a agricultura familiar, enquanto um dos agentes sociais do campo brasileiro tem conseguido, ao longo do processo de modernização da agricultura, transforma-se e continuar reproduzindo-se socialmente. Deve-se ter claro que, no Brasil, o debate sobre a agricultura familiar ainda é recente. Muitos estudos e trabalhos empíricos vêm sendo desenvolvidos, mas ainda carece de muitas exposições teórico-metodológica na contribuição desta vertente do pensamento social. Na prática, estes, datam do início da década de 1990, com o estudo do projeto Rurbano. Para tanto, baseamo-nos nos quadros de referencial teórico de que dispomos.

Dessa forma, emerge a necessidade de definir alguns conceitos fundamentais para a compreensão do que vem a ser o “novo rural brasileiro” (SILVA, 1996). Dentre estes conceitos, estão: agricultura familiar pluriatividade.

O conceito de pluriatividade pode ser definido como:

[...] um fenômeno através do qual membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. [...] (SCHNEIDER, 2003, p.91).

Analisando a citação anterior, emerge uma nova realidade no espaço rural, lembrando que este processo não é simultâneo e homogêneo por todo o território brasileiro. Mas fica evidente que a renda da família que habita a área rural, não está mais relacionada à atividade agrícola única e exclusivamente, e em certos casos, também não é a mais importante. Ao contrário, esta complementa a renda da família, através de atividades não-agrícolas que podem ser desenvolvidas por membros da família fora do estabelecimento rural, empregando-se em um outro estabelecimento rural ou na cidade, exercendo atividades na indústria, comércio ou em empresas estatais. Pode-se também complementar esta renda, no interior do próprio estabelecimento, com atividades ligadas à costura, artesanato, à inserção de roteiros turísticos, pelas plantações, ou desenvolvendo a atividade do pesque-pague. Enfim, a



atividade agrícola não é mais a única a ser realizada no estabelecimento rural. Portanto, uma parcela significativa das rendas que compõem o orçamento doméstico advém de atividades não diretamente ligadas à agricultura e ao trabalho na terra.

Schneider (2003), tem realizado vários estudos relativos a esse enfoque teórico-metodológico, nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Para o autor, a articulação entre a agricultura familiar e a possibilidade de inserção de parte dos membros no mercado de trabalho regional ou local, propiciou a perspectiva de reprodução social e econômica para as famílias rurais dessas regiões. Contrariando algumas teses que evidenciam que, a agricultura familiar, no modo capitalista de produção, estava fadada ao desaparecimento, quando esta não se inserisse na lógica de produção capitalista, já que a propriedade da terra, a força de trabalho familiar e os meios e técnicas de produção que estão concentrados nas mãos de uma só pessoa, devem ser deslocados para as mãos dos capitalistas. Para o capitalista, essa transição era uma questão de tempo. Por conseguinte, a transformação da agricultura familiar em proletariado rural ocorreria pela conversão da força de trabalho em mercadoria, e nas mãos dos capitalistas, a terra e os meios de produção em capital.

O autor prossegue afirmando que, o que se verifica nessas áreas é, o processo inverso, pois as famílias têm permanecido no campo, reproduzindo-se demograficamente. Com a constituição, através do casamento de parte dos membros da família, surgem as famílias jovens, que se fixam nos estabelecimentos rurais em novas residências paralelas às já existentes. Também ressalta outros impactos ocasionados por esta decisão, tais como: a expansão do comércio e das atividades de prestação de serviços. Diante desta constatação, surgem as divisões internas do trabalho, a família participa de tudo, analisando as condições reais de força do trabalho no núcleo familiar, para a sua posterior liberação em busca da complementação de renda, com finalidades específicas, de acordo com as particularidades de cada núcleo familiar. Geralmente, a liberação ocorre pautada no princípio de reter, no estabelecimento, geralmente os pais, as crianças ou, simplesmente, os mais velhos, enquanto os demais integrantes da família dedicam-se aos trabalhos fora da propriedade. Mesmo trabalhando externamente à propriedade, a grande maioria desses trabalhadores permanece residindo no meio rural e mantendo a propriedade parcialmente produtiva, com o intuito de garantir, primordialmente, a produção alimentar para a subsistência.

Pode-se dizer que este processo também vem ocorrendo em alguns espaços rurais do Estado de São Paulo, principalmente através da atividade do turismo rural, que analisaremos a seguir.

## **O Turismo Rural Como Atividade Não-Agrícola: Uma Estratégia Da Agricultura Familiar**

Foi necessário compreender as estratégias que os agricultores familiares vêm desenvolvendo como mecanismo de reprodução social para que, a partir de então, possamos analisar o turismo rural como atividade não-agrícola. Por esta razão, vamos, em seguida, apresentar algumas definições relativas ao turismo no espaço rural. Lembrando que existe um contínuo debate referente a esta temática, e uso de terminologia, para descrever atividades turísticas em áreas rurais: [...] *turismo rural engloba modalidades de turismo, que não se excluem e que se complementam, de forma tal que o turismo no espaço rural é a soma de ecoturismo e turismo verde, turismo cultural, turismo esportivo, agroturismo e turismo de aventura.*(OXINALDE, 1994 apud SILVA, et al, 2001, p.16); [...] *o turismo rural deve estar constituído em estruturas eminentemente rurais, de pequena escala, ao ar livre, proporcionando ao visitante o contato com a natureza, com a herança cultural das comunidades do campo [...]* (RUSCHMANN, 2001, p.63); *O turismo rural estaria correlacionado a atividades agrárias passadas e presentes que conferem à paisagem sua fisionomia nitidamente rural, diferenciando-se das áreas cuja marca persistente é o seu grau de naturalidade, relativo a ecossistema ricos em biodiversidade.*(RODRIGUES, 2000, p.54) Para o objetivo deste trabalho ficaremos com a definição proposta por Campanhola; Silva (2000, p.148), que adota o termo agroturismo por ter uma interface com a produção agropecuária. Usa-se comumente este termo porque são sinônimos dos termos turismo no meio rural e turismo rural. Para os autores agroturismo corresponderia a:

Atividades internas à propriedade, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade, devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços e produtos agrícolas e bens não materiais existentes nas propriedades rurais (paisagem, ar puro, etc), a partir do ‘tempo livre’ das famílias agrícolas, com eventuais contratações de mão-de-obra externa. São exemplos de atividades associadas ao agroturismo: a fazenda-hotel, o pesque-pague, a fazenda de caça, a pousada, o restaurante típico, as vendas diretas do produtor, o artesanato, a industrialização caseira e outras atividades de lazer associadas à recuperação de um estilo de vida dos moradores do campo.

Ao analisarmos o turismo rural devemos considerar que o potencial turístico das áreas rurais estimula a economia local. Diante do “novo rural brasileiro” (SILVA, et al, 2001), deve-se pensar nas soluções para o espaço rural, não somente através de políticas públicas dirigidas ao setor rural, mas urge a necessidade de políticas públicas que estimulem todas as atividades produtivas, agrícolas e não-agrícolas, visando, contudo melhorar a qualidade de vida de um segmento social que, ao longo do processo de modernização da agricultura brasileira, foi excluído ou deixado à margem do processo. O agroturismo, como uma destas atividades não-agrícolas, tem conseguido em alguns locais responder, de forma satisfatória, a este objetivo.

Diante do exposto, fica claro que, para o agroturismo, desenvolver-se em certas localidades deve haver políticas dirigidas a este setor. Porém, há a necessidade do desenvolvimento de modelos de planejamento local, adequados a sua realidade, em que se valorize a participação e capacidade da comunidade local por meio dos agricultores, com base no trabalho familiar. Mas isso só será possível se essa população participar ativa, e não passivamente, do processo de elaboração da política, e mais, a mesma precisa estar disposta e susceptível para tal realização.

Frente a este contexto, emergem algumas questões que são fundamentais para serem analisadas:

- a) como uma comunidade rural, poderá planejar a sua inserção no processo de iniciação na atividade turística rural, sem perder a sua especificidade cultural?
- b) como transformar o conhecimento técnico-científico, tão distante da realidade cotidiana de algumas comunidades, em saber prático?
- c) quais são as dificuldades para o seu engajamento no agroturismo?
- d) que ator (es) político (s) será (ão) o (s) responsável (is) pela aplicação e popularização deste conhecimento e o gestor desta transformação socioeconômica?

Estas são questões pertinentes para o momento.

Devemos fazer esta análise através da valorização das condições geográficas, econômicas, políticas e culturais pois, o ato de ignorar estes elementos, em especial os culturais, existentes nestas comunidades e que são importantes instrumentos de afirmação das identidades, além de um elemento de formação da cidadania, poderá acarretar no fracasso de tais propostas, como também o ato de ignorar a diversidade que existe dentro da maioria das comunidades, com relação a sua inserção na atividade do agroturismo.

O processo de capacitação na transmissão de conhecimento, para que a comunidade participe ativamente, deve ocorrer ministrando cursos, em primeira instância, para os líderes

comunitários, conhecedores das realidades particulares de cada núcleo familiar, e por extensão da própria comunidade. Assim, eles serão os agentes transmissores deste conhecimento e o elo de ligação com os agentes promotores e transmissores neste processo.

É claro que a viabilização da participação dos agricultores com base no trabalho familiar no processo de elaboração do planejamento, só é válida, se houver interesse por parte dos governantes nas diferentes escalas de abrangência. Elaborar políticas de fomento sem participação dos envolvidos torna-se pouco produtiva. Neste caso passam a ser encaradas como políticas assistencialistas. Esse não é o objetivo.

Pode-se dizer que entre as dificuldades para o engajamento no agroturismo, relaciona-se, segundo uma forte tradição da família, a certas atividades agrícolas, por uma questão cultural, logo, encontram nos membros mais velhos da unidade familiar, uma resistência ao novo. Neste caso, as atividades não agrícolas. Este medo está relacionado aos poucos recursos disponíveis para assumir risco de mudança, ao baixo nível de escolarização, que reflete, até mesmo na resistência a mudanças no próprio manejo no estabelecimento. Diante deste contexto, com relação à dificuldade do grau de compreensão e assimilação de novas alternativas por meio das atividades não-agrícolas, está explícito o medo que o agricultor familiar tem de mudar, pois o novo é uma incerteza que tanto pode dar certo, como pode dar errado, e neste caso, um erro pode custar uma vida inteira de trabalho no campo, já que a mudança implica em investimento. Outro fator que inibe a mudança está na falta de uma política agrícola confiável, sendo esta a grande determinante que impede uma mudança para na forma de conceber as várias formas de exploração do estabelecimento rural. Exemplos de fracasso com mudanças de cultura é o que não faltam. Em muitos casos, esta mudança é realizada com auxílio de agente financiador que solicita como garantia bens, o que já representa ao requerente uma barreira, pois o medo da perda é maior que a aventura do risco, como afirmamos anteriormente.

Também devem ser considerados o interesse regional e as realidades dos grupos econômicos que atuam em suas respectivas áreas, pois a abrangência e amplitude de idéias vindas de diferentes escalas demonstram que essa atividade só apresenta sucesso quando o poder público cria ou fomenta políticas integradas de desenvolvimento, e quando os diferentes atores econômicos se unem em associações, que podem ser com o Estado, só com a comunidade, ou então os três segmentos envolvidos, com um único e só objetivo: promover o desenvolvimento e crescimento desta atividade (TULIK, 2000) e dirimir as desigualdades sociais, através de processos democráticos, de participação da comunidade, na apropriação dos benefícios gerados. Há, de certa forma, um consenso de que o desenvolvimento regional e

local ocorrerá quando forem consideradas as potencialidades da comunidade envolvida e as diversidades que se formaram ao longo do processo de constituição desta.

Um planejamento local adequado traz, obviamente, vantagens para ambas as partes envolvidas, e por extensão ao turista, quem poderá se beneficiar da riqueza cultural desse segmento da sociedade sem que haja uma mudança de padrões de comportamento. Dessa maneira, a vivência entre diferentes culturas, do visitante e visitado, é fonte riquíssima e inesgotável do desenvolvimento social. O seu processo de desenvolvimento gera aprendizado e cria empregos.

Mas as atividades econômicas não artificializam os locais para atender os interesses dos turistas, que serão vistos como clientes? Essa é uma questão primordial a ser pensada: não se deixar instrumentalizar por mecanismos artificiais que descaracterizam a especificidade do local, através da agregação de valores culturais advindos com os turistas e do abandono das atividades rurais, por serem mais lucrativas as atividades do agroturismo. Para que isto não ocorra, urge a necessidade de um trabalho de conscientização na comunidade, por meio de palestras esclarecedoras quanto às vantagens da especificidade que os torna diferentes das demais localidades, que fazem parte de um todo maior. Se há turistas, é porque o produto, o diferencial, encontra-se no estilo de vida, não encontrado com tamanha singularidade em outros locais ou regiões. Este estilo está materializado na cultura, na preservação ambiental, nas condições geográficas, no folclore etc.

Deve ficar claro que este estilo de vida agrega valores que são estendidos à melhoria da qualidade de vida de todos na comunidade. Mas para que isto ocorra, é necessária a formação de cooperativas ou associações de bairro, delegando a estas o papel de agentes interventores no momento em que se caracteriza a instauração de mecanismos que desvirtuam o propósito inicial a especificidade cultural, manifestada na identidade história local materializada nas ações e nas edificações, por exemplo. Homogeneizar cultura, adaptando-a a cultura do turista significa, perda em longo prazo de receitas. Quem vai visitar algo semelhante ao local em que convive? Ou onde a artificialidade esteja presente?

A associação ou cooperativa viabilizará, com maior eficiência, as negociações com o mercado, somando a diversificação produtos da comunidade, escolhendo estrategicamente um logotipo para os produtos turísticos. Esta organização irá conferir à comunidade mais representatividade e legitimidade perante os órgãos públicos e privados. Como também irá conferir sucesso às estratégias do empreendimento com a elaboração em conjunto do marketing e comercialização e no pensar coletivo, em que cada membro oferecerá um produto

turístico diferenciado do seu vizinho ou da comunidade. A concorrência não deve se dar no interior do bairro. Cada qual com sua oferta.

Outro aspecto importante relaciona-se com a paisagem rural, constituída por um mosaico formado pela pastagem, variedade de culturas agrícolas, pomares, edificações rurais, em algumas comunidades, a capela e as áreas naturais dentro do estabelecimento, tidas como reservas nativas. Este cenário torna-se um atrativo para o turista, que familiarizado com a paisagem urbana, vislumbra a paisagem rural, através de caminhadas, de passeios em charrete, em cavalgadas, e em bicicleta. Esta permanência na apreciação da paisagem confere a oportunidade do desfrute de ar puro, assim como a tranqüilidade para descontrair apreciando os sons advindos da própria natureza. Esse contato com a natureza pode promover, em alguns, um encontro com seu eu interior, e surgir daí uma mudança na sua filosofia de vida.

Nesta busca pela autenticidade do campo, surge outra questão: Como inserir-se na modalidade das atividades não-agrícolas, pela perspectiva do turismo rural, sem no entanto mascarar a realidade política de um mundo rural complexo, vivo, com sua história de luta, de expropriação, de conflitos pela terra, de rupturas, suas riquezas e misérias, com sua própria dinâmica interna, enfim, sem cometer o erro de demonstrar apenas o rural bonito equilibrado, estereotipado, vazio de vivências e problemas? É esta dialética das modernas formas de relacionar-se com a terra através da pluriatividade e as velhas formas existentes na problemática de falta de política que viabilize a pequena produção agrícola, sem, no entanto, terem que se associar às atividades não-agrícolas, o agroturismo, que move estas famílias. Eis uma questão fundamental, pois pode ser que em alguns espaços rurais tais realidades não sejam uma constante, afinal, a paisagem rural é constituída de uma heterogeneidade de formas sociais, manifestadas na sua identidade cultura e histórica: os camponeses, agricultura familiar, as famílias pluriativas. Cada qual com sua trajetória de lutas e conquistas. É como se as partes fossem se diferenciando do todo para se tornarem singulares e especiais, buscando sua independência e atendendo a seus interesses. Logo, ocorrem modelos diferentes de desenvolvimento do agroturismo. Nos grupos sociais em que este histórico de luta pela terra foi uma constante, tornam-se mais vivos os padrões culturais que mantêm o equilíbrio local. Nesta perspectiva, o diferencial torna-se o atrativo turístico, materializado no histórico de lutas, estabelecido na forma de conceber a terra. Manter viva esta identidade significa preservar a história cultural e local deste grupo social, bem como divulgar sua causa e destinar parte das receitas, advindas com esta modalidade de turismo, para o financiamento de novos projetos de inserção de novas famílias ao acesso a terra.

Também emerge outra questão: como a comunidade se prepararia para receber, hospedar, e se relacionar com povos diferentes culturalmente de seu universo cultural? Essa também é outra questão problemática. Muitas vezes estas famílias pluriativas, poderão se sentir ridicularizadas diante de um comentário ou riso, vindo do turista ignorante. Mas os mesmos devem saber que se existe caipira no campo, existe também o caipira urbano. Aquele que não conhece sequer uma vaca; nunca montou no lombo de um cavalo; não saber discernir o sexo de um animal. Deve-se deixar claro que o que ocorrerá é uma troca de experiências, de ambos os envolvidos, e que quem está visitando-o quer que ele seja tão natural, quanto se o turista ali não estivesse. Na verdade o turista comprou um dia de campo, de vivência, na lida com a terra. Existem cursos desenvolvidos por instituições que preparam estas famílias para atuarem de forma natural na hospedagem e no tratamento com os turistas. O Sebrae é um exemplo claro, sem contar com o papel das Instituições de Ensino Superior em que os cursos de turismo e hotelaria poderiam através de convênios com a Secretaria Municipal de Turismo, ou órgão responsável pela gestão e execução destes projetos, e até mesmo a associação ou cooperativa dar a assistência necessária.

Claro que este processo demanda tempo, insistência e um árduo trabalho de conscientização elaborada e gerida pela própria comunidade por meio da associação.

### **Políticas Para o Agroturismo**

Neste particular, passaremos a discutir a seguir, a ação do governo federal na elaboração da política dirigida especificamente à agricultura familiar.

Há uma diversidade significativa de políticas públicas direcionadas ao agroturismo ou turismo rural, entre elas destacam-se: o Programa Nacional de Ecoturismo, o Programa de Capacitação Profissional para o Turismo, o Programa de Iniciação Escolar para o Turismo, o Programa da Pesca Amadora, o Programa do Artesanato Brasileiro, o Programa do Turismo Rural Brasileiro, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, o Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura familiar, enfim, estes são alguns dos projetos do Governo Federal para fomentar o turismo no meio rural. A seguir um resumo breve de cada um destes programas apresentado e uma análise mais detalhada do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.

O Programa Nacional de Ecoturismo: visa articular as ações entre as instituições públicas e privadas e as comunidades envolvidas, no tocante à implantação de infra-estrutura

que permita um melhor aproveitamento, por parte dos turistas, cursos de formação de recursos humanos especializados.

O Programa de Capacitação Profissional para o Turismo: pretende qualificar e requalificar mão-de-obra, através do fomento a formação, capacitação, e especialização nas atividades relacionadas ao turismo.

O Programa de Iniciação Escolar para o Turismo: quer incentivar, através da rede pública e privada, por meio de ensino fundamental e médio, a conscientização da preservação cultural e a compreensão das questões socioambientais relativas ao turismo e à respeitabilidade com os turistas. Através desta prática, o turismo torna-se uma atividade geradora de renda e emprego.

O Programa de Pesca Amadora tem por objetivo criar o hábito da consciência da preservação das espécies em extinção, como da preservação socioambiental naqueles que praticam esta atividade esportiva.

O Programa do Artesanato Brasileiro: pretende incentivar a preservação da prática do artesanato brasileiro, através de cursos e da revitalização e resgate do folclore brasileiro, manifestado nas diferentes formas de artes.

O Programa de Turismo rural Brasileiro: faz referência ao intercâmbio, que deve ser dado na relação campo-cidade e a sociedade em diferentes escalas, buscando despertar a consciência da necessidade de proteger o meio rural e todo o seu patrimônio cultural.

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo Brasileiro: deseja disponibilizar aos municípios, a possibilidade de explorarem o turismo por meio do levantamento das potencialidades turísticas que cada um tem, através do preenchimento de um questionário informativo, que será analisado posteriormente, para entrar em uma relação de municípios potencialmente aptos à exploração desta atividade.

Por fim, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que surgiu em 28 de julho de 1996, através do Decreto Presidencial n.º 1.946, que criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), através da Secretaria da Agricultura Familiar, vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário. Este programa propõe uma:

[...] estratégia de parceria entres eles, governos [...] e iniciativa privada na aplicação de recursos, destinados também à melhoria da qualidade de vida, ao aprimoramento profissional, à adoção de tecnologia, à adequação e implantação de infra-estrutura e outros objetivos. (VEIGA, 1998, p. 31)



Uma das ações do Pronaf é o Projeto de Desenvolvimento do Turismo e do Artesanato, que tem como objetivo contribuir para a diversificação dos serviços e atividades produtivas de base familiar, por meio de ações que incentivem e apoiem os setores artesanais e o turismo rural no âmbito dos projetos de fortalecimento da agricultura familiar.

Todavia, não se pode esperar do Estado uma política agrícola para sanar o problema da agricultura, já que este é comandado por setores capitalistas, conforme a interpretação de Hespanhol (1996), ao afirmar que o Estado, sendo comandado por um segmento da sociedade, coloca-se a serviço específico, portanto não é um agente neutro. Logo, suas ações tendem a ser tendenciosas, direcionadas, sempre com o objetivo de complementar e maximizar os lucros do capital privado. Muito pouco se elabora uma política pública com a finalidade de corrigir distorções, resultados da expansão capitalista.

O Pronaf, ao ser criado pelo Governo Federal, apresentou-se, a princípio, como uma solução para sanar as dificuldades deste segmento da sociedade, mas com o decorrer do tempo, mostrou-se incapaz para tal problema, uma vez que, para ser beneficiado por ele, o agricultor familiar é submetido ao um longo processo burocrático, e até mesmo porque a soma destinada pelo Governo Federal para realizar tal financiamento é pequena. Diante de tamanha burocracia, muitos agricultores acabam por desistir.

Uma vez concretizados os objetivos do Pronaf e do Projeto de Desenvolvimento do Turismo e do Artesanato no turismo rural, percebem-se, com clareza, os benefícios econômicos, que o mesmo traz aos agricultores familiares e à economia local, tais como: estímulo ao desenvolvimento das áreas estagnadas ou deprimidas economicamente; elevação no nível de renda nos estabelecimentos rurais em que a atividade turística se fez presente, através da complementação da mesma, com a criação de atividades não-agrícolas; geração de empregos temporários na alta temporada; geração de empregos indiretos, proporcionando maior movimentação do comércio local; melhoria no padrão de vida, portanto, formam-se verdadeiros “nichos” de mercado, e acima de tudo, a fixação do homem no espaço rural.

Além destes benefícios, acrescenta-se um outro, talvez o mais importante, segundo o ponto de vista de Brasil e Oliveira (2000), ou seja, o fato de eliminar o intermediário e a possibilidade da venda de seus produtos *in natura*.

Com base nestas formulações, pode se pensar nas vantagens obtidas pelo produtor na venda direta, agregando valor ao seu produto.

Marsden (1993 apud SCHNEIDER, 2003, p.89), ao analisar a questão da nova função do espaço rural, através da pluriatividade destaca o papel do turismo rural quando alega que:

[...] a pluriatividade tende a se generalizar tanto em áreas de produção agrícola, onde o avanço tecnológico diminuiria a demanda de trabalho nas propriedades, como nas demais zonas rurais, onde o próprio Estado vem estimulando o desenvolvimento de outras atividades econômicas, como o turismo e o artesanato.[...]

Fica claro, pela citação anterior o papel que o Estado, em algumas regiões, buscar sanar as deficiências impostas pelo capital.

A partir da apresentação destes programas elaborados pelo governo federal vemos que foram destinados a fomentar o turismo no meio rural e como uma solução para sanar as dificuldades deste segmento da sociedade, porém ainda é muito prematura fazer uma avaliação do alcance e dos resultados destes programas no campo brasileiro, em especial no turismo no meio rural

As políticas elaboradas pelo governo direcionadas ao turismo no meio rural, exemplo o Pronaf, por si só não resolverá o problema que este segmento padece, muito precisa ser feito ainda, a começar pela elaboração de uma política agrícola clara para este setor.

### **Considerações Finais**

A cada década que passa novas formas de tecnologia, são inseridas no processo de modernização da agricultura brasileira, e cada vez mais se eleva a produtividade, e restringe-se a área de plantio, reduzindo o número de produtores que têm conseguido acompanhar este padrão tecnológico. Marginalizada deste processo, encontra-se a agricultura familiar, que tem buscado na pluriatividade, uma forma de reprodução social, econômica e política. Embora sendo recente, no Brasil, os estudos acadêmicos referentes à pluriatividade da agricultura familiar, pode-se afirmar que vem ganhando destaque, esta nova forma de analisar o “novo rural brasileiro”, já que tem sido uma corrente teórica que tem conseguido dar respostas à problemática do campo, relacionadas ao crescimento das atividades não-agrícolas e à reprodução social deste grupo de agricultores em que a unidade de trabalho familiar é uma constante.

RUBELO, João Geraldo Nunes. The contribution of family agriculture pluriactivity in the local development. **Economia & Pesquisa**, Araçatuba, v.7, v.7, p. , mar. 2005.

**Abstract:** It is intended on this issue to introduce on the whole the modernization process of Brazilian agriculture and the emerging of pluriactivity in familiar agriculture as a recent process, that emerges on Brazilian field, creating conditions to the economic (re) production, social and political of, a social segment: the familiar agriculture. On this process as an alternative, whereas its development when integrated way between public power, private and the active participation of local community may promote the local development and foment the socio ambiental preservation

**Keywords:** Agricultural modernization; familiar agriculture; pluriactivity; regional development; rural tourism; socio ambiental preservation.

### **Referência Bibliográfica**

ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, polarização e desenvolvimento:** a teoria dos pólos de desenvolvimento e a realidade nordestina. São Paulo: Brasiliense. 1970.

BECKER, Berta K. A crise do Estado e da região: a estratégia da descentralização em questão. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro. V.48, v.1, p. 43-62, jan/mar. 1986

BRASIL, Hildemar Silva; OLIVEIRA, Cássio Garklins de Souza. Avaliação econômica do empreendimento de turismo rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 2., 2000, Piracicaba. *Anais...* Piracicaba: Fealq, 2000. p.41-59.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio (Orgs.). **Ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: Edusc, 2000, p. 145-179.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil, 1965 –1985**. Campinas: Icone; Unicamp, 1985

ELESBÃO, Ivo; ALMEIDA, Joaquim A. O turismo rural como dinamizador da economia local: a experiência de São Martinho, S.C. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 2., 2000, Piracicaba. *Anais...* Piracicaba: Fealq, 2000. p.233-238.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 6.ed. São Paulo: Fundo de Cultura. 1964.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **Dinâmica agroindustrial, intervenção estatal e a questão do desenvolvimento da Região de Andradina – SP.** 1996. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1996.

KAUSTKY, Karl. **A questão agrária.** Tradução de C. Iperóig. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América:** novos dados sobre as leis do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

\_\_\_\_\_. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia:** o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Victor Civita, 1982.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira.** 5.ed. Petrópolis. Vozes. 1990.

NEGRI, B. et al. O processo de interiorização do desenvolvimento e da urbanização no Estado de São Paulo (1920 – 1980). In: CANO, Wilson (Coord.). a interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, 1920 – 1980. São Paulo: Seade, 1988. p. 03 – 105. (Coleção Economia Paulista, v.1, v.1).

\_\_\_\_\_. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990).** Campinas: Ed Unicamp. 1996. (Coleção Momento).

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita.** 2.ed. Rio de Janeiro. Ed Grall, 1977.

RUSCHMANN, Doris Van de M. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio (Orgs.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável.** Campinas: Papirus, 2001, p. 63-73.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade.** São Paulo: Vozes. 1982.

\_\_\_\_\_. **Espaço e método.** 3.ed. São Paulo: Nobel, 1992.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo: Hucitec. 1994.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SILVA, J.G. da; VILARINHO, C.; DALE, P.J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio (Orgs.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável.** Campinas: Papirus, 2001. p.15-62.

SILVA, J.G. da. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: Unicamp, 1996.

SILVA, J.G. da. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp. 1999.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

TULIK, Olga. Estratégias de desenvolvimento do turismo rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 2., 2000, Piracicaba. *Anais...* Piracicaba: Fealq, 2000. p.61-68.

VEIGA, José da. A tímida política agrária. **Ciência Hoje**, São Paulo, v.24, n.141, p 26-31, Ago. 1998.